



UNIVERSIDADE DE
vassouras

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL
Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas em Saúde

**ANA CAROLINA BARBIERI DOS SANTOS
PEIXOTO**

**RELATÓRIO TÉCNICO/CIENTÍFICO:
PROTEÇÃO E SAÚDE À MULHER:
CONDUÇÃO NO ATENDIMENTO DE
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA À
MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

Vassouras
2025

ANA CAROLINA BARBIERI DOS S. PEIXOTO

**PROTEÇÃO E SAÚDE À MULHER:
CONDUÇÃO NO ATENDIMENTO DE
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA À
MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

Relatório técnico/científico
apresentado a Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Capacitação
Profissional / Coordenação do
Mestrado em Ciências Aplicadas em
Saúde da Universidade de
Vassouras, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Ciências Aplicadas em Saúde.

Orientadora:

**Prof. Dr.^a Solange Miranda Junqueira Guertzenstein, Universidade de
Vassouras**

Doutora pela Universidade Federal de São Paulo – São Paulo, Brasil.

Vassouras
2025

ANA CAROLINA BARBIERI DOS S. PEIXOTO

**PROTEÇÃO E SAÚDE À MULHER:
CONDUÇÃO NO ATENDIMENTO DE
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA À
MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

Relatório técnico/científico
apresentado a Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Capacitação
Profissional / Coordenação do
Mestrado em Ciências Aplicadas em
Saúde da Universidade de
Vassouras, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Ciências Aplicadas em Saúde.

Banca:

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Solange Miranda Junqueira Guertzenstein, Universidade de
Vassouras.

Doutora pela Universidade Federal de São Paulo – São Paulo, Brasil.

Prof.^a Dr.^a Stênio Karlos Alvim Fiorelli, Universidade de Vassouras.

Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de
Janeiro, Brasil.

Prof.^a Ma. Mônica Candida Lugão Moraes, Centro Universitário de Barra
Mansa.

Mestra Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (FIOCRUZ) – Rio
de Janeiro, Brasil.

Vassouras
2025

Peixoto, Ana Carolina Barbieri dos Santos

PROTEÇÃO E SAÚDE À MULHER: CONDUÇÃO NO
ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA À MULHER VÍTIMA
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA / Ana Carolina Barbieri dos Santos Peixoto.

- Vassouras: 2025.

ix, 27 f. : il. ; 29,7 cm.

Orientador: Solange Miranda Junqueira Guertzenstein.

Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Mestrado Profissional

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica On-line - Universidade de Vassouras

DEDICATÓRIA

Dedico este mestrado a Deus, por Sua presença constante em minha vida; à minha família, pelo incentivo e apoio aos meus estudos; e ao meu marido, meu companheiro fiel e parceiro essencial ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me fortalecer e não permitir que eu desistisse.

Ao meu marido, Diego, pelo incentivo desde o início, pela parceria em cada ida e vinda a Vassouras e por sua paciência e amor incondicionais.

Minha gratidão ao Centro Universitário de Barra Mansa – UBM, instituição da qual sou docente, pelo apoio à qualificação acadêmica, essencial para minha entrada e conclusão no Mestrado.

À Universidade de Vassouras, especialmente à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Solange Junqueira, pelo acolhimento, pela paciência e por acreditar no meu projeto.

Aos meus colegas de turma, agradeço pela parceria, pelas trocas e pelo apoio mútuo, que tornaram essa caminhada mais leve.

EPÍGRAFE

“Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas.” (Audre Lord)

RESUMO

A violência doméstica e familiar contra a mulher configura-se como uma grave violação dos direitos humanos e um importante problema de saúde pública, exigindo respostas qualificadas dos serviços e dos profissionais da área. Este trabalho teve como objetivo desenvolver um eBook educativo voltado à capacitação de profissionais da saúde que atuam em serviços de urgência e emergência, oferecendo orientações práticas sobre o acolhimento, notificação e encaminhamento de mulheres em situação de violência. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica exploratória, seguida do desenvolvimento do eBook. O material produzido integra, de forma inédita, os principais aspectos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), instruções para o correto preenchimento da ficha de notificação compulsória e orientações sobre os encaminhamentos no âmbito da rede de proteção. O resultado foi a criação de um recurso digital, acessível e visualmente atrativo, com potencial de ser utilizado em processos formativos, protocolos institucionais e práticas cotidianas de cuidado. Conclui-se que o eBook constitui uma ferramenta estratégica para o enfrentamento da violência contra a mulher, promovendo maior qualificação do atendimento, fortalecimento intersetorial e ampliação do acesso à informação e aos direitos.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher. Notificação Compulsória. Educação em Saúde. Profissionais de Saúde. Serviços de Saúde

ABSTRACT

Domestic and family violence against women is a serious violation of human rights and a major public health problem, requiring qualified responses from services and professionals in the field. The objective of this study was to develop an educational eBook aimed at training health professionals who work in emergency services, offering practical guidance on the reception, notification and referral of women in situations of violence. The methodology adopted consisted of an exploratory bibliographic review, followed by the development of the eBook. The material produced integrates, in an unprecedented way, the main aspects of Law No. 11,340/2006 (Maria da Penha Law), instructions for correctly filling out the compulsory notification form and guidelines on referrals within the scope of the protection network. The result was the creation of a digital resource, accessible and visually appealing, with the potential to be used in training processes, institutional protocols and daily care practices. It is concluded that the eBook constitutes a strategic tool for confronting violence against women, promoting greater qualification of care, intersectoral strengthening and expanding access to information and rights.

Key-words: Violence against Women. Compulsory Notification. Health Education. Health Professionals. Health Services

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	OBJETIVOS.....	14
2.1	GERAL.....	14
2.2	ESPECÍFICOS.....	14
3	DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO.....	15
3.1	MATERIAIS E MÉTODOS.....	15
3.2	RESULTADOS.....	16
4	POSSÍVEIS APLICABILIDADES DO PRODUTO.....	23
4.1	IMPACTOS PARA A SOCIEDADE.....	24
5	CONCLUSÃO.....	26
6	REFERÊNCIAS.....	27
7	ANEXOS.....	29

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno que revela a desigualdade entre homens e mulheres, fundamentada no histórico patriarcal da sociedade brasileira. Trata-se de um tema atual devido às suas proporções, configurando-se como um problema de saúde pública, sendo responsabilidade do Estado assegurar o acesso das mulheres aos serviços de proteção, uma vez que a violência afeta diretamente a integridade física e psicológica da vítima, resultando em graves consequências para seu bem-estar e desenvolvimento¹.

Compreender essa problemática exige ir além de episódios pontuais, é fundamental analisar as desigualdades sociais, econômicas e políticas que atravessam a violência doméstica, também denominada violência de gênero, que resulta das relações sociais que posicionam o homem como centralizador e dominador. Refere-se à uma das violações de direitos humanos mais frequentes, e ao mesmo tempo menos reconhecidas no mundo².

Diante dessa realidade, o ordenamento jurídico brasileiro buscou estabelecer mecanismos específicos para combater essa violência, culminando na criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Essa lei visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, reconhecendo-a como uma grave violação dos direitos humanos. Assim, a violência contra a mulher é definida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, além de danos morais ou patrimoniais às mulheres³.

Entretanto, apesar dos avanços legislativos, os dados mais recentes evidenciam que a violência contra a mulher permanece alarmante no Brasil. De acordo com a 5ª edição da pesquisa Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil, publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em março de 2025, as diversas formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento significativo, muitas vezes resultando em feminicídios. Embora a subnotificação ainda seja um desafio, iniciativas de conscientização têm contribuído para que comportamentos antes naturalizados sejam identificados como formas de violência. Dados entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025, mostram que 37,5% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência, o maior índice já registrado pela série histórica da pesquisa, o que corresponde a aproximadamente 21,4 milhões de brasileiras⁴.

Diante do aumento alarmante da violência contra a mulher, torna-se essencial compreender o perfil das vítimas atendidas em hospitais de emergência e os fatores envolvidos nessas agressões. A equipe de saúde desempenha um papel fundamental ao identificar e dar visibilidade a esses casos, já que na maioria das vezes a procura por atendimento em unidades de pronto-socorro representa a única oportunidade para a mulher romper o silêncio, sobretudo quando a violência é praticada por um parceiro íntimo⁵.

No entanto, a subnotificação ainda constitui um desafio significativo nos serviços de saúde. Esse cenário está relacionado à naturalização da violência, ao despreparo de parte dos profissionais para lidar com a temática, e à percepção equivocada de que se trata de um problema restrito ao âmbito familiar⁵.

Embora a violência doméstica contra a mulher seja reconhecida mundialmente como um problema grave, seu enfrentamento ainda é complexo, tanto para as próprias vítimas quanto para os profissionais que as atendem. Muitas mulheres não denunciam por não identificarem sua situação como violência ou por sentirem vergonha e culpa, sentimentos que frequentemente as impedem de buscar ajuda. Esse contexto dificulta o reconhecimento dos casos e representa um grande obstáculo para os profissionais, que enfrentam dificuldades na identificação e no combate à violência doméstica⁶.

Parte dessas dificuldades está relacionada ao modelo biomédico predominante no atendimento em saúde, que privilegia a análise dos sintomas clínicos e muitas vezes negligencia as dimensões sociais e emocionais da violência. Além disso, a baixa capacitação dos profissionais para lidar com temas delicados dificulta a identificação e o encaminhamento adequado das vítimas. Por isso, o enfrentamento eficaz da violência contra a mulher demanda uma atuação multidisciplinar e capacitada, que ultrapasse os limites do diagnóstico clínico tradicional⁷.

Outro desafio recorrente refere-se à notificação dos casos atendidos nos serviços de saúde. Ainda que essa prática seja obrigatória, muitos profissionais demonstram insegurança quanto às suas implicações legais e éticas, frequentemente confundindo a notificação com a denúncia formal. A ausência de notificações compromete o mapeamento da violência e limita a formulação de políticas públicas e estratégias de enfrentamento. Diante disso, torna-se essencial investir na formação contínua das equipes de saúde, de modo a garantir um atendimento qualificado, que assegure proteção, escuta acolhedora e suporte às vítimas⁷.

As notificações devem ser registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), responsável por reunir, analisar e disseminar dados sobre agravos e doenças de notificação compulsória. Implantado gradualmente desde 1993, o SINAN funciona em todo o território nacional, possibilitando a investigação e o monitoramento dos casos notificados⁸.

A obrigatoriedade da notificação de casos de violência contra a mulher foi estabelecida pela Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que determina que todos os serviços de saúde, públicos e privados, realizem o registro dessas ocorrências em nível nacional⁹. Posteriormente, essa legislação foi atualizada pela Lei nº 13.931, de 2019, a qual ampliou o dever de notificação, exigindo que qualquer indício ou confirmação de violência contra a mulher seja comunicado à autoridade policial em até 24 horas, com o objetivo de garantir providências legais imediatas e registros estatísticos¹⁰.

Apesar da importância da notificação compulsória, ela não assegura por si só, a qualidade dos dados registrados. Muitas notificações são preenchidas de forma incompleta ou imprecisa, o que limita a análise da situação de saúde, enfraquece a vigilância epidemiológica e compromete a formulação de políticas públicas¹¹.

Estudo realizado com dados de 2019 evidencia altos índices de subnotificação da violência contra as mulheres no Brasil. A comparação entre registros do SINAN e da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) revelou que a maioria dos casos não são registrados nos serviços de saúde, com subnotificações de 98,5% para violência psicológica, 75,9% para violência física e 89,4% para violência sexual. As regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices, indicando desigualdades regionais e fragilidades no sistema de vigilância em saúde¹².

Esses dados revelam que embora existam legislações importantes que estabelecem a obrigatoriedade da notificação, o desafio maior está na implementação efetiva dessas leis que exige compromisso político e governamental. A notificação correta e completa é apenas o início de um processo maior, em que a sociedade, os profissionais de saúde e os governos devem atuar conjuntamente para desvelar a totalidade da violência sofrida pelas mulheres. Incentivar e qualificar o preenchimento das notificações é fundamental para gerar dados precisos e confiáveis, que subsidiem a criação de indicadores e permitam o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, voltadas para o cuidado integral das mulheres e a prevenção de formas extremas de violência¹¹.

Diante do exposto, a educação em saúde se apresenta como um eixo estratégico para o enfrentamento da violência contra a mulher. As ações educativas devem ser desenvolvidas e implementadas de modo a promover a capacitação tanto dos profissionais quanto o fortalecimento das próprias mulheres atendidas. A educação em saúde deve funcionar como um instrumento capaz de estimular a conscientização e corresponsabilidade na identificação, no acolhimento e na superação das situações de violência.

Apesar de amplamente reconhecida como uma grave violação de direitos humanos, a violência contra a mulher ainda é pouco debatida e frequentemente invisibilizada, o que reforça sua urgência como uma prioridade de saúde pública, com consequências significativas para a vida das vítimas e para os serviços de atendimento. Dessa forma, apesar dos avanços legais, torna-se essencial ampliar as estratégias de formação e informação, garantindo um cuidado integral, humanizado e eficaz, capaz de prevenir, acolher e romper os ciclos da violência.

Portanto, a criação de uma ferramenta que auxilie no atendimento dos profissionais de saúde é imprescindível, o que motivou o desenvolvimento de um ebook voltado para a condução do atendimento em saúde. O material terá um papel importante na identificação das diferentes formas de violência contra a mulher, fornecendo orientações detalhadas para os profissionais sobre como reconhecer os sinais associados a cada tipo de violência.

Além disso, o eBook buscará facilitar o preenchimento das notificações obrigatórias, garantindo que todos os dados relevantes sejam registrados de maneira adequada e completa. Também incluirá informações sobre os encaminhamentos necessários, orientando os profissionais sobre os recursos disponíveis, promovendo um atendimento mais eficiente e integrado. Com este produto, busca-se não apenas melhorar a resposta imediata às vítimas, mas também contribuir para a construção de um sistema de saúde mais preparado e sensível às questões de violência de gênero.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Desenvolver um eBook destinado a auxiliar profissionais de saúde, em setores de urgência e emergência, no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica promovendo um atendimento mais eficiente e integrado.

2.2 ESPECÍFICOS

1. Estudar as diferentes formas de violência contra a mulher, com ênfase na violência doméstica e familiar, a partir da análise de dados epidemiológicos e produções científicas atuais;
2. Analisar o marco legal de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil, com destaque para a Lei nº11.340 e sua interface com o setor da saúde;
3. Pesquisar através da literatura o papel dos profissionais de saúde nos atendimentos de urgência e emergência, considerando os protocolos, fluxos e desafios na escuta e acolhimento de vítimas;
4. Explorar os procedimentos relacionados à notificação compulsória da violência interpessoal e autoprovocada, conforme as normativas do Ministério da Saúde;

3. DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

3.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Antes do início da produção deste eBook intitulado "*Proteção e Saúde à Mulher: Condução no atendimento de urgência e emergência à mulher vítima de violência doméstica*", foi realizado um levantamento bibliográfico exploratório com o objetivo de subsidiar teoricamente sua elaboração. Essa etapa ocorreu entre fevereiro de 2024 e março de 2025, a partir da consulta às bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A busca concentrou-se em temas como violência contra a mulher, atendimento nos serviços de urgência e emergência, capacitação de profissionais de saúde, legislação específica com destaque para a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e estratégias de acolhimento.

Foram selecionadas publicações em língua portuguesa, predominantemente produzidas e publicadas no Brasil, considerando a especificidade do contexto social, político e legal do país. A amostra bibliográfica incluiu artigos científicos, legislações, relatórios técnicos e dissertações que abordam as múltiplas dimensões da violência doméstica e familiar, bem como os protocolos e diretrizes voltados ao atendimento nos serviços de saúde. Também foram contemplados estudos que discutem aspectos como a qualidade das notificações compulsórias, a subnotificação de casos e o nível de conhecimento dos profissionais de saúde no acolhimento às mulheres em situação de violência.

A pesquisa considerou materiais publicados entre os anos de 2003 a 2025, com ênfase nos últimos dez anos (2015–2025), a fim de priorizar materiais atualizados e coerentes com os avanços recentes nas políticas públicas e práticas de cuidado no enfrentamento à violência contra a mulher.

Esse conjunto de referências possibilitou a construção de um conteúdo atualizado, tecnicamente consistente e alinhado com a proposta de qualificação do atendimento, com foco na promoção de práticas humanizadas.

Concluída a fase do levantamento teórico, deu-se início à elaboração do eBook, idealizado como um material didático voltado às ações de educação em saúde, com o objetivo de capacitar profissionais que atuam na linha de frente dos atendimentos em contextos de urgência e emergência. O conteúdo oferece orientações práticas para o reconhecimento e acolhimento de mulheres em situação de violência, abordando de

forma clara e objetiva os diferentes tipos de violência, o preenchimento correto da ficha de notificação compulsória e os encaminhamentos adequados no âmbito da rede de proteção.

Durante a revisão bibliográfica, não foram identificados outros trabalhos que articulassem essas três dimensões de forma integrada e direcionada ao contexto específico da atenção em saúde emergencial o que reforça a originalidade e a relevância do presente produto educacional para a qualificação da prática assistencial.

A linguagem adotada foi elaborada para ser acessível, simples e direta, visando contemplar a diversidade de perfis entre os profissionais da saúde. O eBook foi desenvolvido em formato digital, com possibilidade de download e também de impressão colorida. Composto por 40 páginas, reúne conteúdo textual e elementos gráficos ilustrativos, organizados e diagramados por uma profissional especializada em design editorial.

3.2 RESULTADOS

O produto educacional desenvolvido no âmbito deste mestrado profissional está apresentado na íntegra ao final deste relatório, sob a forma de eBook digital. A seguir, descreve-se sua composição, estrutura e características gráficas e textuais, com o objetivo de contextualizar o processo de elaboração e o formato final da proposta.

As quatro páginas iniciais são destinadas à apresentação institucional e visual do material. A primeira página corresponde à capa ilustrativa, que apresenta o título “Proteção e Saúde à Mulher”, acompanhado de uma imagem simbólica relacionada ao acolhimento e ao enfrentamento da violência contra a mulher. Destaca-se o uso das cores lilás e roxo, em referência à campanha de conscientização e combate à violência contra a mulher. Em especial a cor lilás simboliza a luta feminina, remete ao fortalecimento das redes de apoio e à divulgação da Lei Maria da Penha, incentivando a denúncia e a proteção das vítimas. Essa identidade visual foi pensada para gerar imediata identificação com o tema e sensibilizar os profissionais da saúde quanto à sua responsabilidade no enfrentamento dessa violência.

A segunda página funciona como contracapa, apresentando os nomes e breve descrição da formação e experiência profissional das autoras, reforçando a legitimidade técnica do material.

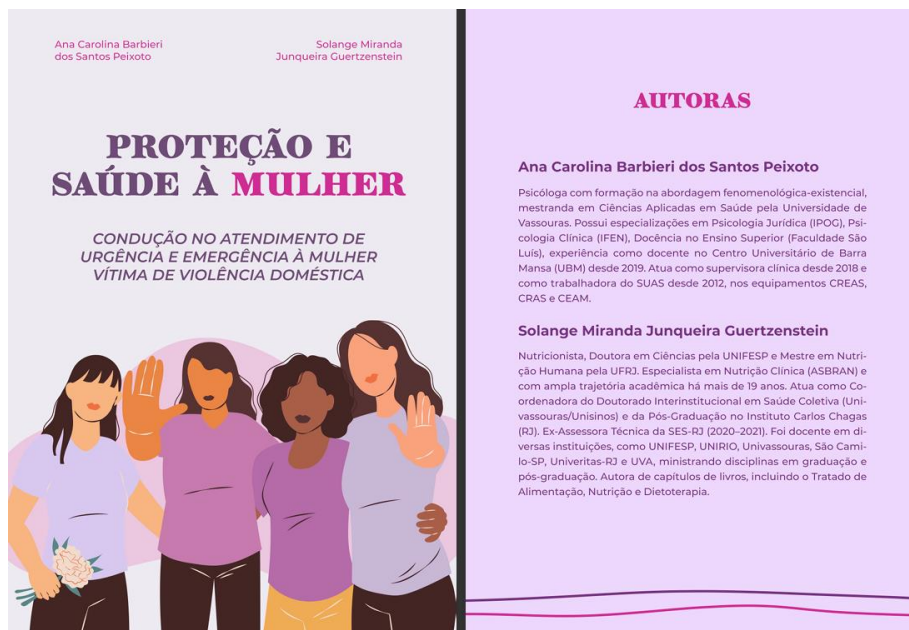


Figura 1: Capa ilustrativa e contracapa com a apresentação das autoras.

A terceira página traz uma síntese do objetivo do eBook, contextualizando o leitor sobre sua finalidade. Já a quarta página apresenta o sumário que organiza os conteúdos e facilita a navegação no material.

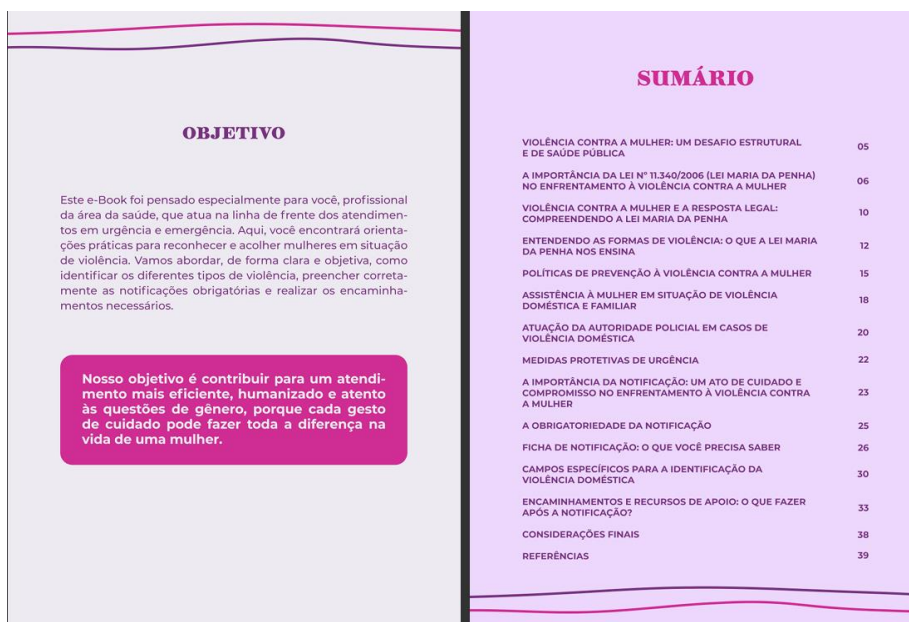


Figura 2: Objetivo e Sumário.

O conteúdo informativo tem início na página 5 e segue até a página 38, organizado em seções temáticas inter-relacionadas, com o objetivo de oferecer subsídios teóricos e práticos aos profissionais da saúde. Como diferencial este eBook apresenta

em um único material, de forma articulada três eixos fundamentais para a atuação qualificada frente à violência contra a mulher: informações da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), orientações técnicas para o preenchimento da ficha de notificação compulsória e os encaminhamentos adequados no âmbito da rede de proteção intersectorial.

A linguagem adotada é clara, objetiva e acessível, buscando dialogar com diferentes perfis profissionais que atuam em serviços de urgência e emergência. São utilizados recursos visuais como ícones, balões informativos e ilustrações, com a finalidade de facilitar a compreensão e promover maior fixação do conteúdo.

A seção introdutória (págs. 5 e 6) aborda conceitos fundamentais sobre a violência contra a mulher, contextualizando o fenômeno em sua dimensão histórica, social e legal.

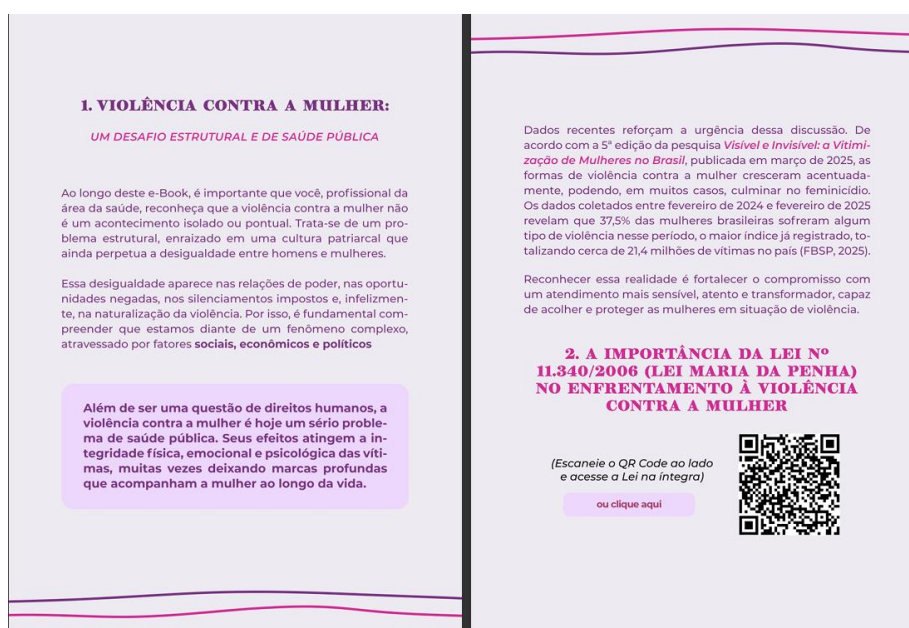


Figura 3: Violência contra a mulher: dimensão histórica, social e legal.

Em seguida, as páginas 6 a 22 exploram a relevância da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Cada um de seus artigos é apresentado, com destaque para as cinco formas de violência tipificadas pela legislação, sendo elas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, acompanhadas de explicações claras e exemplos contextualizados à prática dos serviços de saúde, favorecendo o reconhecimento e a atuação adequada dos profissionais da área.



Figura 4: Apresentação da Lei nº 11.340/2006 e o art. 7º formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

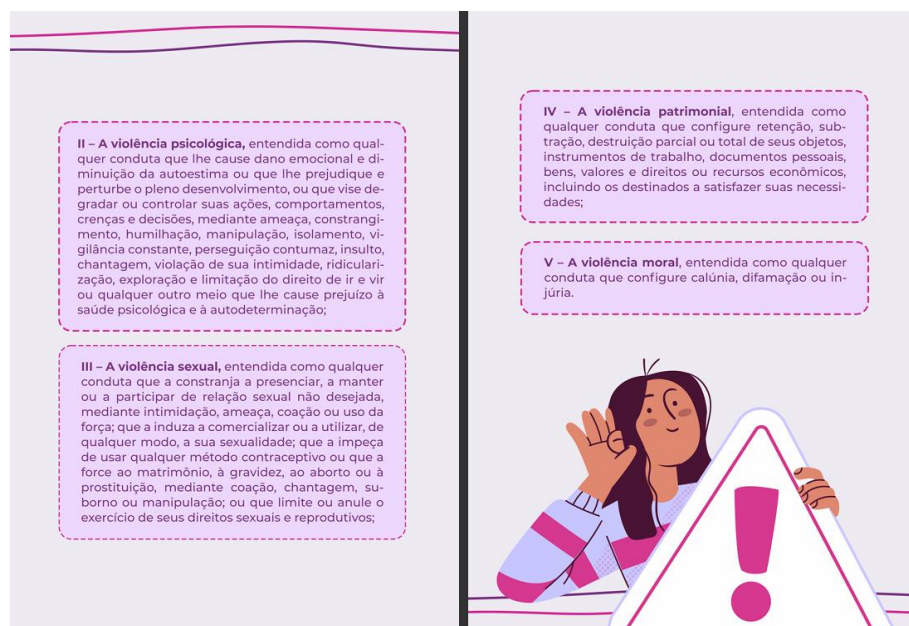


Figura 5: Continuação do art. 7º formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na sequência, entre as páginas 23 e 32, o material trata da notificação compulsória da violência, abordando sua obrigatoriedade legal, os desafios da subnotificação e a importância do registro adequado. São apresentadas orientações técnicas para o correto preenchimento da ficha de notificação compulsória, conforme

preconizado pelas normativas do Ministério da Saúde, além da apresentação de um modelo ilustrativo da ficha.

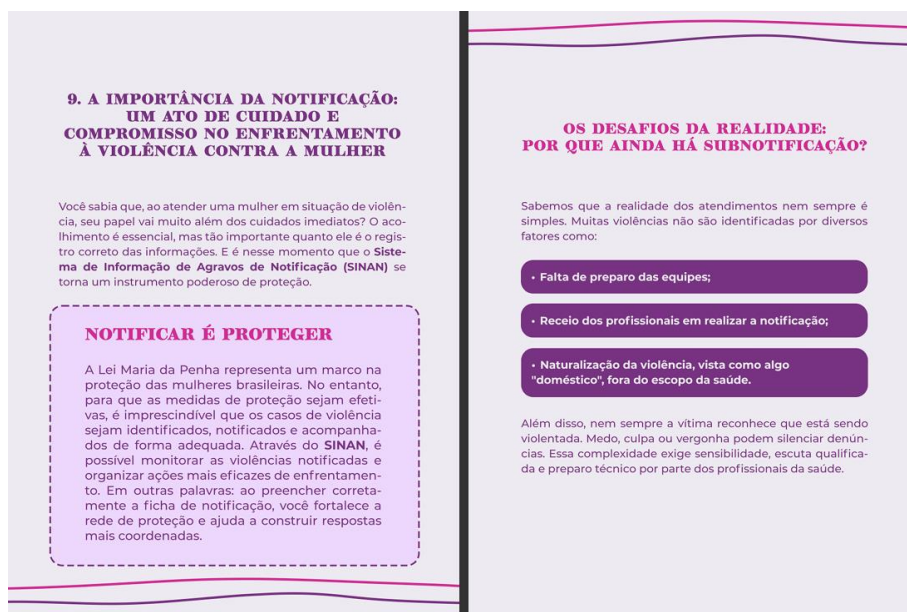


Figura 6: A importância da notificação e os desafios da subnotificação.



Figura 7: A obrigatoriedade da notificação e a ficha de notificação de violência interpessoal e autoprovocada.

Entre as páginas 33 e 37, o eBook apresenta os encaminhamentos e os recursos institucionais disponíveis, descrevendo os principais serviços que integram a rede de atendimento à mulher em situação de violência, incluindo os setores da saúde,

segurança pública, justiça e assistência social. Destaca-se, nesse contexto, o papel estratégico do profissional de saúde como agente central na identificação dos sinais de violência, no acolhimento qualificado, na realização da notificação compulsória e na articulação intersetorial para o encaminhamento adequado dos casos. Para facilitar a compreensão e a aplicação prática, o material inclui quadros-resumo que sistematizam a rede intersetorial de proteção, acompanhados de orientações objetivas sobre as atribuições de cada segmento envolvido.



Figura 8: Quadro-resumo Rede de Saúde e Segurança Pública e Justiça.

A página 38 é destinada às considerações finais, que reforçam a importância do acolhimento ético, humanizado e qualificado, bem como do compromisso interprofissional e interinstitucional com a proteção às mulheres em situação de violência.

A página 39 reúne as referências bibliográficas utilizadas na construção do conteúdo do eBook, abrangendo materiais teóricos, legislações vigentes e documentos técnicos que fundamentam a proposta educativa.

Por fim, a página 40 apresenta os créditos editoriais, destacando a diagramação desenvolvida por G. Morais (@elfaverso), bem como a utilização de ilustrações obtidas na plataforma Freepik e ícones provenientes do Flaticon, recursos que contribuíram para a composição visual do material.

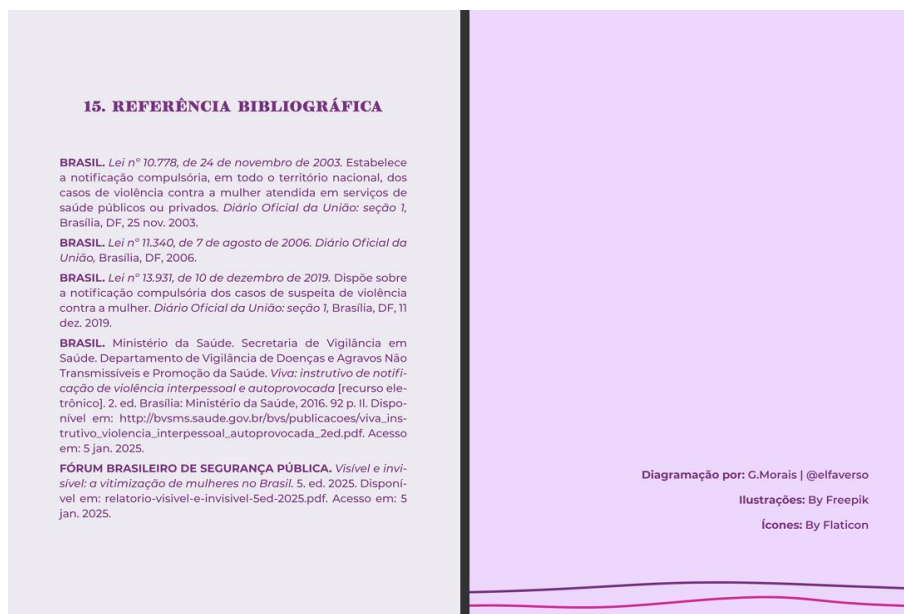


Figura 9: Referência bibliográficas e créditos editoriais.

O eBook foi desenvolvido em formato digital responsivo, compatível com diferentes dispositivos eletrônicos e adaptado para impressão colorida. Seu projeto gráfico foi planejado com atenção à usabilidade e apelo visual, reforçando seu caráter pedagógico e funcional. Consiste em um material educativo estratégico, direcionado à formação continuada de profissionais de saúde.

4. APLICABILIDADE DO PRODUTO

O eBook *Proteção e Saúde à Mulher: Condução no Atendimento de Urgência e Emergência à Mulher Vítimas de Violência Doméstica* foi idealizado como um instrumento didático-pedagógico voltado à qualificação dos profissionais de saúde que atuam em contextos emergenciais. Sua aplicabilidade se estende a diversas frentes dentro das práticas em saúde, educação permanente e formulação de estratégias institucionais para o enfrentamento da violência contra a mulher.

No campo da formação e capacitação profissional, o material pode ser utilizado em ações de educação em saúde, como oficinas, treinamentos, cursos de curta duração e programas de educação continuada. Seu conteúdo acessível e direcionado à prática favorece o aprendizado de profissionais com diferentes formações, onde a descoberta precoce da violência é crucial.

Além disso, o eBook pode ser incorporado como material de apoio em disciplinas de graduação e pós-graduação, sobretudo nos cursos das áreas da saúde, serviço social e psicologia, que frequentemente lidam com a temática da violência de gênero. Sua estrutura didática e os recursos visuais facilitam a assimilação do conteúdo e incentivam reflexões críticas sobre a atuação dos profissionais diante dos casos de violência.

Nos serviços de saúde, o produto pode ser adotado como um guia prático de consulta rápida, apoiando a rotina dos atendimentos. As orientações presentes sobre as formas de violência, o preenchimento da ficha de notificação compulsória e os encaminhamentos adequados na rede de proteção intersetorial podem contribuir para maior segurança e efetividade das condutas adotadas pelas equipes de saúde.

Outra possibilidade de aplicação está na gestão e formulação de protocolos institucionais, considerando que o material oferece subsídios técnicos e legais atualizados. Ele pode servir de base para a construção ou revisão de fluxos de atendimento a mulheres em situação de violência, fortalecendo a articulação entre os setores da saúde, assistência social, segurança pública e sistema de justiça.

O eBook também poderá ser disponibilizado em plataformas digitais de acesso público, como sites institucionais, redes sociais e ambientes virtuais de aprendizagem, ampliando seu alcance e potencial de impacto social. Ao promover o conhecimento e estimular uma abordagem sensível e qualificada, o material contribui para o fortalecimento da rede de proteção à mulher e para a construção de práticas profissionais mais humanizadas e comprometidas com os direitos humanos.

4.1 IMPACTOS PARA A SOCIEDADE

A elaboração e implementação do eBook representa um avanço significativo no enfrentamento da violência de gênero, com potenciais impactos diretos e indiretos sobre a sociedade como um todo.

O primeiro e mais evidente impacto está na melhoria da qualidade do atendimento prestado às mulheres em situação de violência. Ao fornecer orientações claras, atualizadas e contextualizadas ao cotidiano dos serviços de saúde, o material contribui para que os profissionais estejam mais preparados para identificar sinais de violência, acolher adequadamente as vítimas e realizar os encaminhamentos necessários. Esse aprimoramento no atendimento pode refletir em maior proteção,

redução da revitimização institucional e fortalecimento do vínculo entre as mulheres e os serviços de apoio.

Outro impacto relevante diz respeito à valorização da saúde como um espaço estratégico de enfrentamento à violência doméstica, o que contribui para o fortalecimento da rede de proteção social. Profissionais mais capacitados e conscientes de seu papel tendem a atuar com maior responsabilidade e compromisso ético, influenciando positivamente a cultura institucional e promovendo uma mudança nos padrões de resposta à violência.

Além disso, o eBook atua como um instrumento de democratização do conhecimento, permitindo o acesso a informações importantes não apenas por profissionais da saúde, mas também por gestores, educadores, estudantes e demais atores envolvidos com políticas públicas. Ao ampliar o alcance do debate e qualificar a informação, o material favorece a construção de uma cultura de enfrentamento à violência baseada na prevenção, no acolhimento e na garantia de direitos.

Do ponto de vista coletivo, a disponibilização de um recurso educacional acessível e tecnicamente embasado contribui para o enfrentamento de desigualdades estruturais que afetam historicamente as mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. A promoção de práticas mais humanas e eficazes no atendimento em saúde pode contribuir para romper ciclos de violência, estimular a denúncia e aumentar a visibilidade dos casos.

Por fim, ao subsidiar políticas públicas, qualificar profissionais e promover mudanças institucionais, o produto desenvolvido se insere em uma perspectiva de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com a dignidade e os direitos das mulheres.

5. CONCLUSÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma grave violação dos direitos humanos e um desafio persistente à saúde pública. Diante da complexidade e da recorrência desse fenômeno, torna-se urgente e necessário ampliar as estratégias de enfrentamento por meio da qualificação dos profissionais que atuam na linha de frente dos atendimentos em saúde, especialmente em contextos de urgência e emergência.

Neste sentido, o desenvolvimento do eBook Proteção e Saúde à Mulher: Condução no Atendimento de Urgência e Emergência a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica busca ser uma resposta concreta e estratégica, com potencial de impacto direto na prática profissional, na gestão dos serviços e na vida das mulheres atendidas. O material foi elaborado a partir de estudos científicos e de um compromisso ético com a promoção de um cuidado mais sensível, humanizado e eficaz, que vá além do atendimento clínico, considerando as dimensões sociais, legais e emocionais da violência.

O produto educacional desenvolvido neste mestrado profissional contribui para a superação de lacunas na formação e na atuação das equipes de saúde, promovendo a disseminação de informações acessíveis, atualizadas e integradas às legislações vigentes. Além disso, favorece a articulação entre os diferentes setores da rede de proteção, fortalecendo o papel da saúde como espaço de acolhimento, escuta e encaminhamento adequado das vítimas.

Conclui-se, que o eBook possui grande relevância prática, acadêmica e social, podendo ser amplamente aplicado em processos de capacitação, formulação de protocolos institucionais e políticas públicas. Sua utilização poderá colaborar para o aprimoramento dos serviços e para o empoderamento das mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, comprometida com a equidade de gênero, com a proteção à vida e com a dignidade de todas.

6. REFERÊNCIAS

1. Souza LJ, Farias RCP. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de COVID-19. *Serv Soc Soc.* 2022; (144):213–32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.288>. Acesso em: 01 fev. 2025.
2. Monteiro CFS, Souza IECC, Alencar MLS, Queiroz ABA, Vasconcelos MGF. A violência contra a mulher atendida em unidade de urgência: uma contribuição da enfermagem. *Esc Anna Nery Rev Enferm.* 2006; 10(2).
3. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União.* 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 01 fev. 2025.
4. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.* 5. ed. 2025. Disponível em: <relatorio-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.
5. Soares JSF, Ilha MM, Leal SMC, Fachinelli JDS. Mulheres internadas por agressão em um hospital de pronto socorro: (in)visibilidade da violência. *Rev Gaúcha Enferm.* 2010; 31(2): 45–50.
6. Silva IAD, Melo ECA. Atendimento a vítimas de violência doméstica na emergência: a enfermagem e o cuidado. *Temas Saúde. Edição Especial.* João Pessoa: Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula (FESVIP); 2019.
7. Fusquine RS, Souza YA, Chagas ACF. Conhecimentos e condutas dos profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher. *Revista Psicologia e Saúde.* 2021; 13(1): 113–24. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v13i1.1010>. Acesso em: 01 fev. 2025.
8. Rede Interagencial de Informação para a Saúde. *Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações.* 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2008.
9. Brasil. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, em todo o território nacional, dos casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados. *Diário Oficial da União.* 2003.
10. Brasil. Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. *Diário Oficial da União.* 2019.

11. Soares CVP. Qualidade dos dados das notificações de violência contra mulheres no Estado de Minas Gerais, 2011 a 2018 [dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2021.
12. Vasconcelos NM, Bernal RTI, Souza JB, Bordoni PHC, Stein C, Coll CVN, et al. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. *Ciência Saúde Coletiva*. 2024; 29(10). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mFrQ75wXPKNTVGt97yGFCRG>. Acesso em: 01 fev. 2025.